

Sarney: partidos garantem estabilidade

**Da sucursal de
BRASÍLIA**

"A sociedade brasileira jamais perdoaria a classe política se, por falta de visão ou por superestimação da realidade, não tivéssemos a capacidade de gerir o processo de abertura e de transformá-lo em realidade definitiva", disse ao *Estado* o presidente do PDS, senador José Sarney.

Entrevistado pelos jornalistas Carlos Chagas, Sérgio Chacon e Lustosa da Costa, o dirigente do partido oficial colocou, como prioritário, o problema da estruturação partidária: "Temos de formar quadros partidários capazes de operar o poder no Brasil senão corremos o risco de ficar sempre mergulhados na instabilidade institucional. A oposição deveria pensar conosco num projeto político global e não se limitar exclusivamente ao processo eleitoral".

Sarney negou ainda a possibilidade da retirada do Congresso da mensagem do governo propondo a volta das eleições diretas para os governos estaduais, afirmando que elas não abririam imediatamente o processo sucessório: "Quando se opera o sistema político, as aspirações eleitorais estão latentes todos os dias. As lideranças se encontram permanentemente num processo de afirmação, de aspiração e de participação. Isso não significa que o processo eleitoral seja deflagrado".

Ele viu com naturalidade o pedido dos ministros militares de processo contra o deputado João Cunha:

"O episódio mostra que estamos seguindo o regime legal. O Estado de Direito é um regime da lei e não dos homens. Os ministros estão colocando a questão ante o Poder Judiciário".

Sarney admitiu genericamente uma aliança com o Partido Popular: "O País é tão grande que as realidades políticas não são as mesmas. Em certos Estados as alianças vão-se processar amplamente entre as legendas que existirem".

Da mesma maneira respondeu quando indagaram se Ulysses Guimarães, Tancredo Neves ou Paulo Brossard poderiam ser eleitos para a Presidência da República:

"Todo cidadão brasileiro no gozo dos seus direitos políticos pode ser eleito presidente da República".

ABERTURA

"A abertura não sofreu nem sofreu qualquer abalo com os últimos episódios que enfrentamos e que são absolutamente previsíveis, são inevitáveis por quanto frutos da sociedade industrial. O conflito social existe dentro de toda a comunidade. A democracia é o regime de conflito e quando ele pode vir à tona, quando é detectável, é porque, na realidade, há liberdade para que possa existir. Em certos países ele não existe, simplesmente porque está escondido. O próprio fato de surgir e se constituir em debate, até mesmo em problema, já prova a existência de uma área de liberdade democrática que dá condições para que isso ocorra", afirma o presidente do PDS.

Para Sarney, temos de nos "habituar à idéia de que a sociedade democrática é uma sociedade de conflito e que este não é manifestação patológica e sim demonstração de vitalidade. Cumpre à sociedade democrática harmonizar os conflitos. O que é terrível para ela é o conflito criado, impostado, inexistente, gerado artificialmente para que deles se extraia algum proveito, como uma greve que não tenha legitimidade sob o ponto de vista de interesses salariais, que seja de natureza política, por exemplo, e cujo objetivo não seja exatamente da legitimidade do conflito democrático".

Assinala ainda Sarney que "a crise brasileira não é só nossa, porque é mundial e se reflete no Brasil. Nos países mais velhos, ela se apresenta de maneira mais aguda que entre nós. É que temos espaços a ocupar, o que as civilizações mais antigas não têm. Fomos atingidos pela crise do petróleo no momento em que estamos saindo do subdesenvolvimento para ingressar numa sociedade mais avançada e fomos feridos, no início do voo, pela crise do petróleo".

ABERTURA E CRISE

"O governo Figueiredo está enfrentando a responsabilidade histórica de comandar o País no momento em que ele enfrenta as maiores dificuldades de sua existência. Estamos no meio de uma tempestade, que é mundial, e procurando a normalização institucional, ao mesmo tempo em que enfrentamos uma crise econômica que está resultando numa crise social. É o que os franceses chamam de excesso de crise."

O dirigente do partido oficial não acredita que a crise econômica ou outras dificuldades possam fazer o governo retirar do Congresso a mensagem que restaura as eleições diretas para os governos estaduais.

"A emenda do governo é irreversível. Trata-se de compromisso que já se encontra no Congresso e não constitui gesto isolado porque se insere em projeto integrado cujas raízes vêm da extinção do AI-5, da anistia, da reformulação partidária, das eleições diretas para os governos de Estado e vão até a completa normalização do processo democrático. Não há pois como ser retirada. Como as eleições vão ser realizadas apenas em 1982, esse compromisso é válido mesmo que a emenda não seja votada nos próximos três meses."

Sarney volta a advertir que "ninguém foi capaz de pensar que o processo da abertura não comportaria dificuldades. Elas eram previsíveis. O que devemos ter é a consciência de que isso não significa empecilho. Elas são normais dentro do processo de abertura política. Não devemos, porém, perder a perspectiva de que esse é um projeto global e a sociedade brasileira jamais perdoaria a classe política, se jogássemos fora essa oportunidade que o País está tendo de sair de um regime de exceção para a normalidade democrática sem traumas profundos. Nós, políticos, não só do PDS mas de todos os partidos, contribuímos para um episódio triste e melancólico, se, por falta de visão ou superestimação de realidades, jogássemos fora esta oportunidade, puséssemos o processo a perder. Isso ocorreria se não tivéssemos capacidade para gerir a abertura e transformá-la cada

vez mais numa coisa definitiva".

PARTIDOS

Sarney não acha perigosa para a estabilidade política do País a precária maioria do PDS na Câmara, justificando: "Estamos ainda num momento de acomodação, saindo de um processo de reformulação partidária em que extinguimos Arena e MDB. Por enquanto, o que há é a busca de parte de cada um do seu espaço e isso não prejudicará a maioria que o governo tem de ter, é do interesse do País que ele tenha, porque dá a estabilidade de que precisamos".

O senador maranhense confere a maior importância ao processo da estruturação partidária, que coloca acima da realização de eleições municipais de 15 de novembro.

"A fórmula mais conveniente ao País é a coincidência dos mandatos em 1982, uma vez que, se fizermos eleições em meio ao processo de reformulação partidária, não consolidaremos os partidos, com o que não poderemos aspirar o definitivo aprimoramento democrático. Se as eleições forem realizadas em meio ao processo da organização dos partidos, vão contribuir justamente para que eles não se organizem bem, sob todos os pontos de vista, do formal ao político."

Sarney enfatiza: "O mais importante para nós é a consolidação dos partidos, porque eles são os únicos instrumentos pelos quais o poder civil pode ser operado. Temos que formar quadros partidários, capazes de operar o poder no Brasil senão ficaremos sempre mergulhados na instabilidade institucional. A oposição deveria pensar conosco no projeto global e não pensar exclusivamente no processo eleitoral que é decorrência do processo político".

Ele nega que o PDS esteja com medo de enfrentar as urnas: "Nenhum partido pode ter medo de urnas. Nós somos o maior partido do País e estamos nos organizando para continuarmos a sê-lo".

PRERROGATIVAS

O presidente do PDS, senador José Sarney, considera ainda plenamente "justificável" a emenda constitucional do presidente da Câmara, deputado Flávio Marçal, restaurando as prerrogativas do Congresso:

"Num processo de abertura política, o Congresso, que durante todo esse período foi duramente castigado, tem a expressão desse sentimento. Evidentemente devemos vincular esse sentimento a uma realidade que é a de que o Congresso não pode retornar a prerrogativas que, de fato, no passado, não eram prerrogativas do poder e sim de natureza pessoal de seus integrantes e fonte de desgaste do

Congresso. Nesse sentido, a emenda Marçal é perfeitamente razoável."

CONTRA A SUBLEGENDA

Sarney reiterou sua opinião contrária à extensão da sublegenda às eleições dos governos estaduais:

"A posição do governo em relação à sublegenda está expressa na mensagem que o presidente João Figueiredo mandou ao Congresso propondo a reforma partidária. Na oportunidade, ele adotou a sublegenda apenas para o pleito municipal. Se ela existe hoje em relação ao Senado é porque o Congresso deu a possibilidade de sua ampliação. O presidente, em face do voto, não teve alternativa senão voltar ao estabelecido na legislação anterior. Mas, a posição oficial foi de que deveria haver apenas sublegendas a nível municipal. Se o PDS adotou alianças com outros partidos a nível estadual, não havia porque não fazê-las também a nível municipal entre membros do mesmo partido".

O presidente do PDS disse ainda não ter conhecimento de que governadores de Estado estariam pressionando o governo federal pela continuidade do processo indireto de eleições: "Isso não ocorre,

porque a decisão foi tomada. Devemos olhar a abertura dentro de um projeto global e nele as eleições diretas para os governos estaduais estão inseridas.

DIVERGÊNCIAS

O dirigente pedessista nega a existência de crise no comando político do governo, bem como divergências com o ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel:

"Não há crise nem divergência entre as lideranças do governo. O que existe, e é salutar que exista, é o ajustamento de pontos de vista antes da tomada da decisão. Uma vez estabelecida a diretriz oficial, esta se torna comum de todos nós. Para se racionalizar um assunto, cada um emite seu ponto de vista e o resultado é uma decisão do comando partidário e do governo a que nós nos submetemos. O que queremos, na realidade, é nos convencer de que a decisão tomada é a melhor possível".

ACERTE NA COMPRA, LUCRE NA VENDA, COMPROVE A EFICIÊNCIA DOS CLASSIFICADOS DE O ESTADO DE S. PAULO

